

1847



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO, DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS DA FININVEST TRUST DE RECEBÍVEIS S.A.

Pelo presente instrumento, como EMISSORA, **FININVEST TRUST DE RECEBÍVEIS S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Av. Presidente Wilson nº 231, 2º e 11º andares (partes), inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 01.948.039/0001-06, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado nesta Escritura e nela Interveniante, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede social na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, à Av. das Américas, nº 1.155, grupo 1.301, Barra da Tijuca, inscrito no CGC sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu contrato social, aqui denominada apenas AGENTE FIDUCIÁRIO, vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base na deliberação tomada na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 01 de agosto de 1997.

II DOS REQUISITOS

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis nºs. 6.385, de 07 de dezembro de 1976, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.457 de 05 de maio de 1997 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.



3. REGISTRO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

A presente Escritura, por instrumento particular, será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o art. 62, inciso II, da lei nº 6404/76.

4. DA DELEGAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fica delegada ao Conselho de Administração da EMISSORA, a deliberação sobre o disposto no parágrafo primeiro do artigo 59 da lei 6.404/76 de 15/12/76.

III DA EMISSÃO

1. COLOCAÇÃO

O lançamento será público, para colocação no mercado de balcão, mediante interveniência de instituições financeiras, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

2. NEGOCIAÇÃO

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

IV DO TÍTULO

1. DATA DA EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01 de agosto de 1997.

2. QUANTIDADE DE TÍTULOS

Serão emitidas 80.000 (oitenta mil) debêntures conversíveis.

3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO

As debêntures terão valor nominal unitário na data da emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais).



4. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

O valor total da emissão, tendo como referência a data de 01 de agosto de 1997, é de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais).

5. SÉRIES

A emissão será feita em série única.

6. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

O prazo das debêntures é de 96 meses, vencendo-se em 01 de agosto de 2005. Por ocasião do vencimento final das debêntures, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das que ainda se encontrarem em circulação, pelo valor nominal acrescido da participação no lucro da EMISSORA, calculado "pro-rata temporis".

7. FORMA

As debêntures são nominativas não endossáveis.

8. CONVERSIBILIDADE

As debêntures da presente emissão poderão ser convertidas, a qualquer tempo, à opção dos debenturistas, a partir da data da subscrição. Cada debênture desta emissão pelo seu valor nominal acrescido de eventuais rendimentos será conversível em ações ordinárias de acordo com a seguinte fórmula de conversão:

$$N = (VD/VPA);$$

onde:

N = número de ações resultantes da conversão de cada debênture;

VD = valor de cada debênture da presente emissão por ocasião da conversão;

VPA = valor patrimonial de cada ação do capital social da EMISSORA constante do último balanço anual ou trimestral levantado.

As ações resultantes da conversão terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens estatutariamente atribuídos atualmente às ações ordinárias, e farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da EMISSORA, a partir da data da solicitação da conversão, inclusive. As ações resultantes da conversão terão direito aos dividendos, calculados "pro-rata temporis", correspondentes ao exercício social em que ocorrer a conversão,

Eventuais frações de ação decorrentes da aplicação da fórmula de conversão referida neste item, serão pagas em dinheiro em até 10 (dez) dias após a data do pedido de conversão.



Os aumentos de capital decorrentes das conversões de debêntures em ações serão realizados de acordo com a forma estabelecida no Inciso III, artigo 166 da lei 6.404/76 e no Estatuto Social da EMISSORA.

Os debenturistas exercerão a opção de conversão das debêntures em ações representativas do Capital Social da EMISSORA por meio de solicitação de conversão encaminhada à Instituição Financeira contratada pela EMISSORA para exercer a atribuição de Banco Mandatário junto ao SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos.

Para todos os efeitos legais, a data de conversão será a data do recebimento da solicitação de conversão pelo Banco Mandatário.

9. ESPÉCIE

As debêntures serão da espécie subordinada.

10. DIREITO DE PREFERÊNCIA

Não haverá direito de preferência para a subscrição das debêntures pelos atuais acionistas da EMISSORA.

11. FORMA DE PAGAMENTO


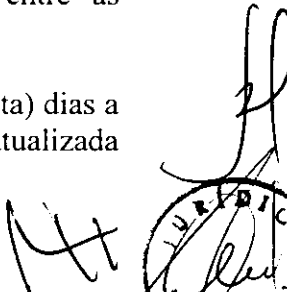

As debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

12. RENDIMENTOS

As debêntures da presente emissão terão, exclusivamente, rendimentos variáveis consistindo na participação no lucro apurado pela EMISSORA, fixados com base no respectivo balanço anual auditado, preparado de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e após a constituição de todas as provisões e reservas necessárias.

12.1 - A participação nos lucros a ser paga às debêntures corresponderá a 95% (noventa e cinco por cento) do total do resultado da EMISSORA, apurado na forma do "caput" deste item, após deduzidos os prejuízos acumulados, a ser dividida igualmente entre as debêntures emitidas.

12.2 - A participação nos lucros aqui prevista deverá ser paga dentro de 90 (noventa) dias a contar da data do encerramento do exercício social da EMISSORA, atualizada



monetariamente, por mês decorrido, de acordo com o Índice Geral de Preços do Mercado IGPM, desde a data do encerramento do exercício até o mês do efetivo pagamento.

12.3 - Independentemente do disposto no item 12.2 supra, a EMISSORA poderá levantar balancetes mensais e efetuar o pagamento de tais participações nos resultados ali apurados, a critério do Conselho de Administração da EMISSORA, que também definirá a data de seu pagamento, segundo a seguinte fórmula:

$$P = (0.95 \times L)$$

onde:

P = participação a ser paga a todas as debêntures emitidas

L = lucro apurado no balancete mensal

13. DO PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES

13.1. - O valor do rendimento de cada debênture será apurado anualmente e pago conforme estabelecido no item anterior.

13.2. - O valor nominal das debêntures será pago em 01 de agosto de 2.005, ou antecipadamente conforme os itens 15 e 16 desta cláusula.

14. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO

O preço de subscrição das debêntures é o seu valor nominal.

15. AQUISIÇÃO OBRIGATÓRIA

A EMISSORA obriga-se a adquirir as debêntures de todos os titulares que vierem a exercer a opção de venda das debêntures da presente emissão em 01 de agosto de 2000 e 01 de agosto de 2002. As debêntures adquiridas desta forma poderão, a qualquer tempo, ser mantidas em tesouraria ou vendidas a terceiros.

15.1. - Os debenturistas deverão manifestar o seu interesse em exercer a opção de venda das debêntures para a EMISSORA entre o 15º (décimo quinto) dia útil e o 5º (quinto) dia útil antes das datas mencionadas neste item.

15.2. - A EMISSORA deverá adquirir as debêntures que lhe forem apresentadas para aquisição mediante pagamento a vista, no ato da aquisição obrigatória tratada neste item.



16. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, resgatar debêntures da presente emissão que estejam em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal, acrescido da eventual participação nos lucros, apurado para o período decorrido entre o início do exercício social e a data de resgate.

16.1 Será realizado, por estimativa, o cálculo da parcela do preço das debêntures resgatadas antecipadamente que corresponder à participação nos lucros.

16.2 Serão desprezadas quaisquer diferenças entre o valor da estimativa da participação nos lucros, com relação ao valor efetivamente apurado no balanço anual da EMISSORA.

17. ENCARGOS MORATÓRIOS

Caso a EMISSORA venha a incorrer em mora no pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, os valores em atraso ficarão sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e a juros moratórios a razão de 1% (um inteiro por cento) ao mês, incidentes sobre os valores em questão, calculados exponencialmente "pro-rata-temporis" desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

18. EXTINÇÃO DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

As debêntures da presente emissão após o seu vencimento final ou antecipado, não mais farão jus a remuneração conforme prevista nesta Escritura, ficando assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento, sem prejuízo dos encargos moratórios, se devidos conforme o item 17 desta cláusula.

19. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados pela EMISSORA por intermédio do Sistema da Central de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou na sede da EMISSORA, na hipótese de o debenturista não estar vinculado a esse Sistema.

20. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.



21. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões relevantes, definidos pela CVM e decorrentes desta emissão que, de qualquer forma vierem a envolver, direta ou indiretamente, interesses dos debenturistas, deverão ser publicados na forma de "aviso aos debenturistas" no Jornal "Gazeta Mercantil", em edição nacional, podendo, também além daquele jornal, ser publicados em outros jornais de grande circulação.

22. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao valor nominal acrescido dos rendimentos acumulados, observado o disposto no art. 55 § 2º da Lei 6404/76. As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser alienadas no mercado.

23. CERTIFICADOS DAS DEBÊNTURES

A EMISSORA poderá emitir certificados representativos das debêntures da presente emissão. Neste caso, os referidos certificados serão entregues aos debenturistas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da solicitação.

V

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

1) Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) dentro de, no máximo, 20 (vinte) dias após o término de cada trimestre, relatório relativo ao processo de cessão de direitos creditórios de titularidade da EMISSORA, incluindo o fluxo de caixa a ele relativo com, pelo menos, todas as informações constantes do subitem 2 deste Capítulo;
- b) dentro de, no máximo, 20 (vinte) dias após o término do primeiro semestre do exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- c) dentro de, no máximo, 58 (cinquenta e oito) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao referido exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e das respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA;
- d) cópia das informações periódicas e outras eventualmente exigidas pela Instrução CVM No. 202, de 06/12/93, nos prazos previstos; e



e) prontamente as informações que lhe forem solicitadas e permitir que representantes do AGENTE FIDUCIÁRIO (ou do auditor independente por ele contratado), legalmente constituídos e previamente indicados, visitem as dependências onde sejam conduzidos os negócios da EMISSORA, e que tenham acesso aos seus livros, registros contábeis e controle de todos os direitos creditórios;

f) com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as assembléias gerais, ordem do dia antes da assembléia se realizar, e de todas as atas de reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, este último, se em funcionamento;

g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial relativa aos serviços e atividades objeto desta Escritura.

2) O relatório referido no subitem 1.a da cláusula 1, retro, deverá conter, pelo menos, informações referentes a:

a) fluxo de caixa do processo de cessão de direitos creditórios no período;

b) taxa de juros ou desconto aplicada aos direitos creditórios cedidos;

c) volume absoluto e percentual de perdas e inadimplência na liquidação da Carteira de direitos creditórios da FININVEST S.A. ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO de características similares aqueles cedidos à EMISSORA, englobando-se os direitos creditórios cedidos à EMISSORA, por mês de vencimento, a partir de 6 (seis) meses anteriores ao último vencimento;

d) balancete e conta de resultados da EMISSORA no período;

e) demonstrativo de despesas incorridas pela EMISSORA no período, discriminadas de forma a indicar as comissões de serviços e outras incorridas no período.

VI DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente escritura, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., retro qualificado, o qual neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos titulares das debêntures perante a EMISSORA.

1. Remuneração - o AGENTE FIDUCIÁRIO receberá, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração conforme segue:



1.1 - Parcelas anuais de R\$ 13.000.00 (treze mil reais), sendo a primeira devida no primeiro dia do mês subsequente ao da assinatura desta escritura de emissão e as demais nos mesmos dias e mês dos anos subsequentes, até o vencimento final das debêntures da presente emissão.

1.2 - Uma parcela de R\$ 3.600.00 (três mil e seiscentos reais), tendo sido já pagos em 11/08/1997, R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), do qual o AGENTE FIDUCIÁRIO dá a quitação, e R\$ 1.800.00 (um mil e oitocentos reais) a serem pagos cinco dias após a assinatura desta escritura de emissão de debêntures, a título de implantação de serviço.

1.3 - Parcelas de R\$ 3.000.00 (três mil reais) para: (a) cada relatório do AGENTE FIDUCIÁRIO que não o anual previsto na legislação, devidas cinco dias após a data da sua elaboração, ou (b) cada Assembléia Geral de Debenturistas ou reunião formal de debenturistas relativo à presente emissão, ou (c) para cada reunião com a EMISSORA que seja por ela solicitada, devidas cinco dias após a data de realização da Assembléia Geral de Debenturistas ou reunião, acrescida de R\$ 100,00 (cem reais) a hora-homem de trabalho dedicado à preparação e implementação das decisões tomadas na Assembléia ou na reunião, até que seja registrado o aditamento à escritura de emissão no Cartório de Registro de Imóveis, se for o caso.

1.4 - As remunerações previstas nos itens (1.1) e (1.3) serão devidas mesmo após o vencimento das debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA(ou avalista/fiador se houver).

1.5 - As parcelas da remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, referidas acima, serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01 de julho de 1.997, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro-rata" dia se necessário.

1.6 - As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA.

1.7 - Os serviços do AGENTE FIDUCIÁRIO são restritos aos previstos na legislação pertinente.

1.8 - O AGENTE FIDUCIÁRIO não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade para se basear nas deliberações societárias e atos da administração da EMISSORA, ou ainda qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela EMISSORA ou por terceiros a seu pedido.



1.9 - Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO enquanto representante da comunhão de debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

1.10 - Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 10% (dez por cento) e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de emissão.

1.11 - As remunerações serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (contribuição ao programa de integração social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

2. Substituição - Nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário, renúncia, intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial ou falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas, para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá a EMISSORA efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

2.1 - Na hipótese do AGENTE FIDUCIÁRIO não poder continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo a sua substituição.

2.2 - É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para este fim, mediante a aprovação de debenturistas representando pelo menos 2/3 (dois terços) dos títulos em circulação.



2.3 - A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8o., da Instrução CVM No. 28, de 23/11/83 e eventuais normas posteriores.

2.4 - A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, devendo a nova designação ser averbada no Registro de Imóveis no qual foi registrada a mesma Escritura.

2.5 - O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

2.6 - Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito fixados por ato da CVM.

3. - Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO - Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais documentos e/ou registros magnéticos de informação e outros papéis relacionados ao exercício de suas funções, recebidos da EMISSORA;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro da Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- f) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA efetue suas publicações;
- g) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



h) elaborar relatórios destinados aos debenturistas, com as informações previstas no artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b" da Lei 6.404/76, consolidados em relatório anual, os quais deverão conter, ao menos as seguintes informações:

h.1 - eventuais omissões ou inverdades de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela EMISSORA;

h.2 - alterações estatutárias ocorridas no período;

h.3 - posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

h.4 - resgate e pagamento de juros das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA e de outras debêntures porventura emitidas pela EMISSORA;

h.5 - acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

h.6 - cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;

h.7 - declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a sua função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

i) colocar o relatório anual de que trata a alínea "h" desta cláusula 3, à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, respectivamente, ao menos nos seguintes locais:

i.1 - na sede da EMISSORA;

i.2 - no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

i.3 - na CVM;

i.4 - nas instituições que lideraram a colocação das debêntures;

j) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA efetue suas publicações, e às expensas da EMISSORA, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "i" desta cláusula 3;



k) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM;

3.1 - O AGENTE FIDUCIÁRIO não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade para se basear nas deliberações societárias e atos da administração da EMISSORA, ou ainda qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela EMISSORA ou por terceiros a seu pedido.

4. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO - o AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA, para proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, representando os mesmos em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial da EMISSORA.

5. - Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO - a EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

5.1 - O ressarcimento a que se refere este item será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente realizadas e necessárias à proteção dos direitos dos portadores dos títulos.

5.2 - As despesas a que se refere este item 5 compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto na Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis pela ocorrência de omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

5.3 - O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO, por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do subitem 5.1 deste Capítulo VI, será acrescido à dívida da EMISSORA e preferirá às debêntures na ordem de pagamento.



VII DO VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas e pagáveis todas as obrigações oriundas da presente emissão, com relação às respectivas debêntures e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor nominal das mesmas, acrescida dos respectivos rendimentos, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) decretação de falência ou impetração de concordata preventiva pela EMISSORA;
- b) decretação de falência ou impetração de concordata preventiva por FININVEST S.A. ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO e/ou qualquer uma de suas controladas, ou, ainda, na hipótese da declaração judicial ou administrativa da dissolução do Banco Fininvest S.A. e/ou de sua liquidação;
- c) caso a EMISSORA descumpra o seu estatuto social;
- d) em caso de declaração administrativa ou por decisão judicial, da dissolução da EMISSORA e/ou de sua liquidação;
- e) caso a EMISSORA deixe de cumprir as obrigações aqui estabelecidas, notadamente no que tange ao pagamento das obrigações e ao Capítulo V - "OBRIGAÇÕES ADICIONAIS da EMISSORA", não sendo sanada a omissão no prazo de 10 (dez) dias da data em que a EMISSORA for notificada por escrito da mesma omissão;

VIII DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



IX DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 1 - Os titulares das debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 2 - A assembleia dos debenturistas desta emissão poderá ser convocada pela EMISSORA, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação ou pela CVM:
- 3 - Aplica-se à assembleia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei No. 6.404/76, sobre assembleia geral de acionistas:
- 4 - A assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 5 - As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem 2/3 (dois terços) no mínimo, das debêntures em circulação, para aprovação de qualquer assunto que exija manifestação dos debenturistas, inclusive modificação nas condições das debêntures.
- 6 - Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembleias dos Debenturistas.
- 7 - O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembleia dos Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações solicitadas.
- 8 - Nas deliberações da Assembleia, à cada debênture caberá um voto.

X DIVISÃO

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

**XI
FORO**

O foro da presente Escritura será o da Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

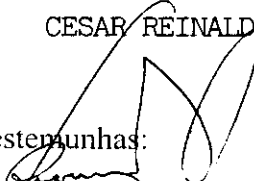
E por estarem justos e contratados, assinam a presente em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas que também assinam.

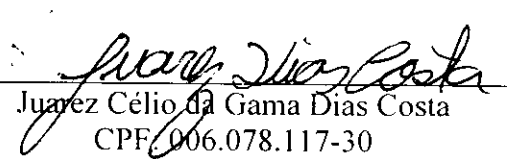
Rio de Janeiro, 01 de agosto de 1997.


ALVARO A. M. LOPES
Diretor Executivo
FININVEST TRUST DE RECEBÍVEIS S.A.
ALVARO AUGUSTO DOS SANTOS
Presidente


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA
CESAR REINALDO LEAL PINTO

Testemunhas:


Rogério Gabriel de Macêdo
CPF: 913.905.247-87


Juarez Célio da Gama Dias Costa
CPF: 006.078.117-30

250 Ofício de Notas - BARRA - Notário: JORGE MONSECA - INTERVENTOR
Av. Afonso Lombardi, 949 1º 218 - RJ - Telex: 493-1820 - Nº 115000
Reconheço por semelhança a(s) firma(s): #
CESAR REINALDO LEAL PINTO-86/80. JUAREZ #
CELIO DA GAMA DIAS COSTA-86/143. #=====
Rio de Janeiro, 05 de Setembro de 1997 às 13:17:49
Em Testemunho da verdade
DENISE BARRETO DE OLIVEIRA Substituto - JF - 1
R\$. = =1 - P/Firma 0,16 - P/Proc. Dados 1,6 - Total R\$3,54

OFÍCIO DE NOTAS
BARRA
JORGE MONSECA
DENISE BARRETO DE OLIVEIRA

REGISTRO DE IMÓVEIS
7.º Ofício
TRAVESSA DO OUVIDOR, 9 - 2º
Oficial - PAULO JORGE LENCATRE - Mat. 1633789
Subst. - JOÃO DE DEUS COELHO - Mat. 06/0046

